

Musicologia Diplomática: subsídios para o estudo documental

Modesto Flávio Chagas Fonseca
UFSJ – modestofonseca@hotmail.com

Antonio Tenório Filho
UFSJ – atsf.tenorio@yahoo.com.br

Resumo: A ciência e/ou disciplina Diplomática tem, essencialmente, como objeto de seus estudos o documento, entendido de forma complexa. A presente comunicação pretende verificar a aplicabilidade das ferramentas diplomáticas no estudo de documentos musicais. Fundamentando-se nas propostas metodológicas de Duranti (2015); Bellotto (2006) e Berwanger e Leal (2012) buscou-se aplicar os instrumentos diplomáticos no campo musicológico. A aplicação das ferramentas evidenciou claras possibilidades de uso de seus conceitos e elementos em estudo de documentos manuscritos musicais.

Palavras-chave: Musicologia Diplomática. Documentos musicais. Ferramentas diplomáticas.

Musicology Diplomatic: subsidies for the documentary study

Abstract: Science and / or discipline Diplomatic has essentially as an object of his studies the document, understood in a complex way. This communication is intended to verify the applicability of diplomatic tools in the study of musical documents. Basing on the methodological proposals Duranti (2015); Bellotto (2006) and Berwanger and Leal (2012) sought to apply diplomatic instruments in the musicological field. The application of the tools demonstrated clear potential for use of its concepts and elements in the study of musical manuscripts documents.

Keywords: Musicology Diplomatic. Musical documents. Diplomatic tools.

Introdução

A obra musical em seu modo de existência gráfica, assim como em sua manifestação sonora, poderá ter uma permanência longínqua no repertório de um dado grupo musical, ou não ir além de sua gênese, sendo sepultada, por exemplo, no âmago de um arquivo documental. No primeiro modo, significa considerar o processo de sua transmissão escrita, suas implicações e consequências. Sendo a redação inicial da obra fruto do labor de seu autor, torna-se objeto de investigação sujeito a possíveis modificações introduzidas no texto original, que podem ser

realizadas pelo próprio autor, agentes por ele autorizados e aqueles denominados de tradição, dentre eles copistas, tipógrafos e editores.¹ Para tal intento faz-se necessária a análise de documentação primária manuscrita, incluindo, quando possível, a cópia do autor e as dos demais agentes. Justifica-se, igualmente, o estudo de fontes manuscritas praticadas nas áreas de edição musical e na descrição de documentos que transmitem obras musicais no Brasil. No primeiro caso, o ato de discriminar possíveis autorias, procedência e data é fator imprescindível para fundamentar edições críticas (Ibid., 93)² e, no segundo momento, definir conjuntos documentais (ISAD(G), 2000).³

Dentre os exemplos de estudos em fontes musicais manuscritas realizadas por pesquisadores brasileiros, podemos destacar artigos de Cotta (1995)⁴ e Castagna (1991; 1996),⁵ assim como a publicação de Figueiredo (2014). Este artigo aborda a diplomática, seus conceitos e conteúdos, enquanto ferramenta para o estudo de documentos musicais (partituras e partes) demonstrando sua efetividade ao examinar fontes manuscritas que transmitem a obra musical *Assumpta est, Solo ao Pregador*, do compositor sanjoanense Pe. José Maria Xavier, praticada por músicos locais e regionais por mais de cem anos. De início, será apresentado o referencial teórico e metodológico proposto para o desenvolvimento deste trabalho. A seguir, realizar-se-á a contextualização da obra, de seu compositor e as das fontes que a transmitem, e, em seguida, a demonstração

¹ Carlos Alberto Figueiredo. *Música sacra e religiosa brasileira dos séculos XVIII e XIX: teorias e práticas editoriais*. (Rio de Janeiro: edição do autor, 2014.), 21.

² “A edição crítica é aquela que investiga e procura registrar a intenção de escrita do compositor, a partir daquilo que está fixado nas fontes que transmitem a obra a ser editada. Sendo essencialmente musicológica, baseia-se em várias fontes.”

³ Considerando o princípio do respeito aos fundos, cada documento receberá um código de identificação, possibilitando, desta forma, ter a informação de sua procedência.

⁴ André Henrique Guerra Cotta. “Gloria laus: um estudo comparativo de fontes primárias.” In: *Música Hoje* nº 2, (1995): 70-82.

⁵ Paulo Augusto Castagna. “O manuscrito de Piranga (MG).” In: *Revista Música*, São Paulo, v.2, n.2. Nov., (1991): 116-133.

Paulo Augusto Castagna. “Um manuscrito musical brasileiro para os impropérios da “Adoração da Cruz” de Sexta-Feira Santa.” In: *Revista Artunesp*, São Paulo, 12. (1996): 75-105.

da aplicação das ferramentas diplomáticas em documentos musicais. Por fim, serão realizadas algumas considerações finais.

2 A Diplomática e seus instrumentos

A palavra Diplomática pode assumir significados diferentes podendo variar de acordo com a visão de autores diversos. Nesse sentido, Berwanger e Leal (2012) ressaltam que o termo “deriva do latim *diploma*, originalmente um escrito dobrado em dois, *diplous* (duplo),” dessa forma, etimologicamente, considera-se a Diplomática como “a ciência dos diplomas.”⁶ Entretanto, Gomes (1998) possibilita uma concepção mais ampla da origem da palavra relatando que “o termo Diplomática provém do latim *diploma, atis*, significando ‘coisa dupla’, ‘dobrada em duas’, ‘a patente’.”⁷ Em relação ao nascimento da Diplomática, enquanto disciplina e/ou ciência, observa-se que seu surgimento ocorreu em meados do século XVII, estando diretamente ligada às instituições religiosas daquele período. A respeito disso, Gomes (1998) destaca que “a Diplomática nasce dentro das estruturas intelectuais da Igreja católica seiscentista, devendo-se a D. Jean Mabillon, beneditino da Congregação de Saint-Maur (França), a sua certidão de batismo lavrada com a publicação dos *De Re Diplomatica Libri Sex* (1681)” (Ibid., 625).

A chamada “Guerra dos Diplomas” contribuiu para a criação de várias disciplinas modernas, entre elas a Diplomática, que tinham como objetivo principal analisar e comprovar a veracidade dos documentos eclesiásticos. Em relação a esse acontecimento, os argumentos de Rodrigues (2008) se fazem necessários:

No século XVII as guerras diplomáticas travadas dentro da Igreja Católica pelos Bolandistas e Dominicanos, deram nascimento a um grande número de disciplinas técnicas modernas que tendiam a determinar a confiabilidade dos documentos históricos, entre elas a Paleografia, a Sigilografia e a Diplomática.⁸

No decorrer dos séculos a Diplomática foi adquirindo conceituações e posicionamentos diversos em relação a sua finalidade e objeto de estudo. Na concepção do italiano Giorgio Cencetti a Diplomática “é a disciplina que estuda a

⁶ Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal. Noções de Paleografia e de Diplomática. 4. ed. (Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012), 25.

⁷ Gomes. “Anotações de diplomática eclesiástica portuguesa.” *HVMANITAS*, 625.

⁸ Rodrigues. “Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.” 121.

gênese, forma e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados nele e com seu autor com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza” (CENCETTI 1952, *apud* BERWANGER; LEAL 2012, 25). Dentre os variados objetos de estudo que a Diplomática pode atingir destacam-se as fases de elaboração e os modos de transmissão dos documentos, este último, podendo ser original ou cópia (Ibid., 26). Reforçando os argumentos pertinentes ao objeto de estudo que a Diplomática assume, o professor e historiador português Saul António Gomes ressalta que “a Diplomática é uma ciência histórica cujo objetivo é, a partir de metodologias e questões específicas, proceder ao estudo científico do documento escrito na sua forma e conteúdo,” servindo como elemento definidor de “sua autenticidade e valor probatório enquanto testemunho de dados e factos históricos.”⁹ Diante das diferentes visões explicitadas, no que diz respeito ao objeto de estudo que a Diplomática se destina, verifica-se que o documento se apresenta como elemento central dos estudos diplomáticos.

De acordo com Bellotto (2006) o documento pode ser entendido como “qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa” e “tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.” Sendo assim, o conceito de documento passa a adquirir uma complexidade maior, possibilitando a expansão de seu campo de atuação na área científica, não ficando restrito apenas a algumas ciências específicas como biblioteconomia e arquivologia (BELLOTTO 2006, p. 35). Como consequência dessa ampliação conceitual surgirá a expressão “documento diplomático.” Sobre as nuances que ocorrem em relação à conceituação de documento diplomático, Nunes Contreras (1981) desenvolve um importante diálogo sobre o tema demonstrando o posicionamento de dois grandes diplomatas europeus. De um lado o austríaco Theodor Von Sickel (1826-1908) e do outro o italiano Cesare Paoli (1840-1902). Na concepção de Paoli o documento diplomático é o depoimento escrito de um fato de caráter jurídico, redigido de modo a observar certas formas instituídas, as quais se dedicam a dar-lhe fé e força probatória. Contudo, Sickel considera que o documento diplomático é o

⁹ Gomes. “Anotações de diplomática eclesiástica portuguesa.” *HVMANITAS*, 625.

testemunho escrito e redigido de acordo com uma forma determinada, mutáveis em relação ao lugar, à época, à pessoa e ao tema, sobre um fato de natureza jurídica.¹⁰ Complementando essa discussão, Bellotto (2006) destaca que se trata, portanto, de “documentos escritos, legalmente válidos e revestidos de determinadas formalidades; sendo prova jurídica ou administrativa de um ato, são objeto da diplomática.”¹¹ No entanto, Riasco Terrero (2000) propõe uma ampliação a respeito da concepção de documento aplicado na diplomática, ressaltando que:

[...] de modo algum se limita [os estudos da Diplomática] aos documentos antigos, medievais e modernos, escritos sobre suportes tradicionais: pedra, metal, [...] papiro, pergaminho e papel, senão aos documentos de todas as épocas, fixados e transmitidos por diferentes sistemas [...] eletrônico, etc., sem importar demasiado com sua categoria, tipologia e solenidade e, muito menos, sua natureza, conteúdo e valor, que pode ser totalmente diverso e não necessariamente jurídico-diplomático ou administrativo.¹²

Diante dessa contextualização observa-se que o objeto de estudo principal da ciência diplomática é o documento, entretanto, deve-se atentar para o fato de que a palavra documento possui uma gama de significados, evidenciando, assim, sua complexidade. Essa abrangência possibilita um melhor entendimento a respeito dos documentos diplomáticos. Depois de se ter explorado questões conceituais sobre a Diplomática (ciência e disciplina) e seu objeto de estudo (o documento), serão apresentadas, a seguir, duas ferramentas práticas que são provenientes da Diplomática, a saber: a Análise Diplomática Documental e a Tradição Documental.

A primeira ferramenta prática a ser discutida será a chamada Análise Diplomática Documental, ou, simplesmente, Análise Diplomática. Observa-se que esse mecanismo analítico tem como objetivo principal a compreensão dos elementos que constituem as estruturas documentais, abrangendo os caracteres internos e externos, intrínsecos e extrínsecos que compõem os diversos tipos de documentos. Dessa forma, Rodrigues (2008) contribui com seus argumentos

¹⁰ Nuñez Contreras. “Concepto de documento.” (In: Archivística: estudos básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981).

¹¹ Bellotto. Arquivos permanentes: tratamento documental. (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006), 46.

¹² RIASCO TERRERO 2000, 144 *apud* NASCIMENTO. “Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocuções de procedimentos.” 116.

relatando que “a análise Diplomática traduziu o documento para um sistema interno de signos e partes que apontavam para uma realidade além deles. Cada parte era uma pequena janela dentro do passado na qual o documento foi criado.”

¹³ Aprofundando as reflexões propostas pela autora, verifica-se que ao se pretender identificar os elementos que compõe a estrutura documental, se faz necessário a utilização de dois suportes essenciais neste processo, ou seja, o tipo de procedimento e quais elementos deverão ser considerados na análise. De maneira sistemática, pode ser exemplificado da seguinte forma:

- Procedimento: estudar a fórmula do documento, do ponto de vista de sua estrutura, seus caracteres internos e externos.
- Elementos considerados na análise: partes do documento.

Visando atingir uma compreensão mais acurada a respeito das partes que constituem os documentos, se faz necessária a realização de uma abordagem mais específica tanto dos elementos internos (intrínsecos) quanto dos externos (extrínsecos). De forma geral, a professora Luciana Duranti (2015) ajuda a esclarecer o entendimento a respeito da função que cada elemento possui na Análise Diplomática, relatando que partindo do ponto de vista conceitual “pode-se dizer que os elementos intrínsecos são os que fazem um documento ser completo, e os elementos extrínsecos são os que o fazem perfeito, isto é, capazes de atingir seu objetivo.” ¹⁴

Seguindo a concepção proposta por Bellotto (2006), sobre a definição e caracterização dos elementos internos dos documentos, verifica-se que os caracteres internos “são a proveniência, isto é, a instituição ou a pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos”; pode ser também “a data tópica, que é o lugar onde o documento foi datado, que pode ser um palácio, um acidente geográfico, uma cidade, seguindo-se a data cronológica – ano, mês, dia –,” sendo que, dessa forma, ambas as datas situam o documento no tempo e no espaço. ¹⁵ Outra importante contribuição, a respeito dos elementos internos que constituem a forma documental, foi feita por

¹³ Rodrigues. “Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.” 136.

¹⁴ Luciana Duranti. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). Traduzido por Gerusa Gonçalves de Araújo. (Acervo, v. 28, n. 1 2015). 197.

¹⁵ Bellotto, Arquivos permanentes: tratamento documental..., 55.

Duranti (2015) em que realiza de forma resumida, uma sequência que engloba os caracteres intrínsecos do documento.¹⁶ Para fins didáticos, a seguir, elaborou-se uma tabela em que contem esses elementos.

Tabela 1. Elementos internos da estrutura documental.

| | |
|------------|--|
| PROTOCOLO | <ul style="list-style-type: none"> • Titulação; título; data e invocação • Subscrição; inscrição; saudação; assunto; formula de perpetuidade; apreciação |
| TEXTO | <ul style="list-style-type: none"> • Preâmbulo; notificação; exposição; disposição; cláusulas finais |
| ESCATOCOLO | <ul style="list-style-type: none"> • Corroboração; data; apreciação; saudação; cláusula cortes; atestação; qualificação da assinatura; notas |

Entretanto, a referida autora esclarece que os elementos intrínsecos apresentados acima não aparecem todos ao mesmo tempo na mesma forma documental. Outro ponto que merece ser destacado, em relação ao referido conjunto de caracteres internos, é o de que “nesta sequência, observa-se que cada parte é preparatória da parte seguinte, como meio de exposição de um método clássico de estruturação, em que se mostra a forma por trás do conteúdo do texto.”

¹⁷

Com relação aos elementos externos, componentes da estrutura documental, Durante (2015) também de forma resumida, elenca uma série de divisões e subdivisões que visam auxiliar na compreensão do corpo documental.¹⁸

- **Suporte:** material; formato; preparo para receber a mensagem; layout, paginação, formatação; tipos de texto; diferentes tipos de caligrafias, datilografias ou tintas; parágrafos.
- **Texto:** pontuação; abreviaturas e iniciais; emendas e correções; software de computador; fórmulas.
- **Linguagem:** vocabulário; dissertação; estilo.

¹⁶ Durante, Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V)..., 208.

¹⁷ Lúcia Maria Barbosa Nascimento, “Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocuções de procedimentos.” (Tese de Doutorado, Unesp, 2009), 121.

¹⁸ Durante. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V)..., 202.

- **Sinais especiais:** sinais dos escritores e subscritores; sinais de chancelarias; forma e tamanho.
- **Selos:** tipologia; legenda ou inscrição; método de afixação.
- **Anotações:**
 1. **Incluídas na fase de execução:** autenticação; registro; sinais ao lado do texto; ações anteriores ou futuras; datas de depoimentos ou leituras.
 2. **Incluídas na fase de manuseio:** notas de transmissão; destinação; assunto; “urgente”; “chamar a atenção”; número de registro; número de classificação.
 3. **Incluídas na fase administrativa:** referências cruzadas; data e setor de recebimento; identificadores arquivísticos.

Por fim, concluindo as abordagens a respeito dos mecanismos que a ferramenta Análise Diplomática pode oferecer, verifica-se que seu emprego deve acontecer de forma cuidadosa, pois, são vários os elementos (externos ou internos) que este mecanismo possibilita estudar. Durantti (Ibid., 209) ressalta, ainda, que “a estrutura da Análise Diplomática é bastante rígida e reflete uma progressão sistemática do específico para o genérico.”

A segunda ferramenta Diplomática a ser estudada diz respeito à chamada Tradição Documental. De forma global, entende-se a Tradição Documental como sendo uma ferramenta de estudo da Diplomática que tem por finalidade compreender o processo de transmissão da informação por meio dos documentos. Ressaltando-se que os objetos de estudos, que a Tradição Documental se ocupa, são, basicamente, os documentos originais e as cópias. A respeito disso, Berwanger e Leal (2012) destacam que “tradição é a maneira de transmitir os documentos à posteridade, sendo formas de tradição os originais e as cópias.”¹⁹ De forma mais ampla, Bellotto (2006, p. 105) entende que a “tradição documental é a parte da diplomática que se ocupa dos vários modos de transmissão do documento no decorrer do tempo” e que “todas as formas de tradição documental se reduzem e se agrupam em torno de dois pólos quando, no âmbito dos arquivos permanentes, se tem o documento em mãos,”²⁰ ou seja:

- Ou bem ele chegou à terceira idade na forma original;

¹⁹ Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal, *Noções de Paleografia e de Diplomática*, 32.

²⁰ Bellotto, *Arquivos permanentes: tratamento documental...*, 105.

- Ou chegou em forma de cópia.

Entretanto, a referida autora destaca que entre esses dois pólos existem graduações na forma documental, inclusive anterior ao documento original que pode ser entendida como minuta.²¹ Verifica-se ainda a presença de três momentos na Tradição Documental, são eles: anterior ao original, o original e o posterior ao original. No entanto, como bem explicita a professora Heloísa Liberalli Bellotto é possível verificar a existência de categorias intermediárias durante esse processo. De acordo com ela, essas categorias “apesar de não serem originais, não chegam a ser cópias na real acepção da palavra.”²² Portanto, é possível constatar três tipos de documentos, ou categorias documentais, presentes na ferramenta Diplomática designada de Tradição Documental. A seguir, pretende-se abordar questões conceituais a respeito de cada forma documental inerente à Tradição Documental.

Documento original: é elaborado por vontade direta dos autores, sendo conservado na forma e matéria genuínas que foi inicialmente realizado.

Categorias intermediárias entre original e cópias: são as que se apresentam com características mais do que acessórias no sentido da Tradição Documental, entretanto, não chegam a ser consideradas como cópias. Enfim, tratam-se de ampliações, inserções ou renovações realizadas nos originais.

Cópia: tem como objetivo representar formalmente um documento idêntico ao original, no entanto, esse tipo de categoria documental pode possuir finalidades diferentes, como, por exemplo:

- Reproduzir originais existentes;
- Substituir originais desaparecidos.

Por último, de acordo com as concepções propostas por Bellotto (2006, *Ibid.*, 106-108) e Berwanger e Leal (2012)²³ as cópias podem se apresentar em diversas modalidades, a saber:

- **Cópias simples ou livres:** não possuem formalidade Diplomática, ou seja, não apresentam sinais de validação e nem formulário apropriado.

²¹ Bellotto (2006, *Ibid.*, 105) explica que “minuta não é o rascunho e, sim, o pré-original. Por rascunho entende-se o texto sujeito a correções e rasuras e que contém supressões, acréscimos e substituições.”

²² Bellotto, Arquivos permanentes: tratamento documental..., 106.

²³ Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal, *Noções de Paleografia e de Diplomática*, 34.

- **Cópias autênticas ou certificados:** elaborados e autenticados com sinais públicos de autoridade de chancelaria ou pelos notários públicos, podendo ser posteriores ou contemporâneos ao original.
- **Cópias autógrafas:** são feitas pela mesma pessoa (autor) que cria o documento autêntico.
- **Cópias figuradas ou imitativas:** são as que buscam reproduzir exatamente os caracteres do original.
- **Cópias de códices diplomáticos:** podem apresentar-se em dois tipos opostos: os registros (cópias elaboradas pelo expedidor) e os cartulários (cópias feitas pelo destinatário).

3 Padre José Maria Xavier e a obra *Assumpta est*

Nascido em São João Del Rei (MG) a 23 de agosto de 1819, sobrinho do professor e compositor Francisco de Paula Miranda com quem teve estudos musicais. Transferiu-se para Mariana, no ano de 1842, com o objetivo de se tornar padre. Membro da Orquestra Lira Sanjoanense, para quem dedicou obras de sua autoria, destacando-se seus ofícios de trevas, novenas de Nossa Senhora da Boa Morte e de São Sebastião e as matinas de natal, entre outras. Faleceu em 22 de janeiro de 1887.

Visando demonstrar a aplicação das ferramentas Diplomáticas no estudo do documento musical, selecionou-se a obra musical *Assumpta est*, um Solo ao Pregador, cujas fontes constam de autógrafos e cópias de diferentes autores. Classificado no Liber Usualis (1927) ²⁴ como Verso Aleluiático, o texto faz referência à assunção do corpo e alma da Virgem Maria aos céus e, em São João del-Rei, é utilizado na Festa à Nossa Senhora da Boa Morte tanto como Coro Processional, assim como Solo ao Pregador, música circunstancial com textos religiosos praticada em algumas cerimônias durante o deslocamento do sacerdote, do altar-mor ao púlpito, incumbido de proferir a pregação da ocasião. ²⁵

²⁴ LIBER usualis Missae et Officii pro dominicis et festis cum cantu gregoriano. Parisiis: Tornaci: Romae: Desclée, 1927.

²⁵ Santos. "O solo ao pregador em São João del-Rei." (In *Anais do II SIMPOM – Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música.*) Rio de Janeiro, 2012: 1089.

As fontes que transmitem essa obra se encontram no arquivo da Orquestra Lira Sanjoanense, com o código OLS0529, estão organizadas em onze conjuntos documentais, sendo o primeiro uma partitura autógrafa datada de 1861, e os demais, cópias diversas de diferentes autores, inclusive anônimos.

4 Aplicação das ferramentas Diplomáticas em documentos musicais

Nesta seção, pretende-se demonstrar a aplicabilidade das ferramentas Diplomáticas na obra musical *Assumpta est* do compositor Padre José Maria Xavier. Inicialmente, será demonstrada a ferramenta denominada de Tradição Documental e por fim a Análise Diplomática Documental.

4.1 Tradição Documental

Dentre os itens que possibilitam a aplicação dessa ferramenta, verificou-se a presença de um documento original (autógrafo) e, encontra-se ainda no mesmo documento, a categoria intermediária, conforme a figura 1.



Fig. 1. Documento original (autógrafo) e o carimbo da instituição que caracteriza as categorias intermediárias do documento.

As cópias simples, ou livres, foram contabilizadas em um total de cinco exemplares. Em relação às cópias autênticas, ou certificados, observou-se a existência de cinco exemplares, conforme a figura 2, que demonstra seu principal aspecto definidor, ou seja, o sinal de autenticidade feito pelo copista.

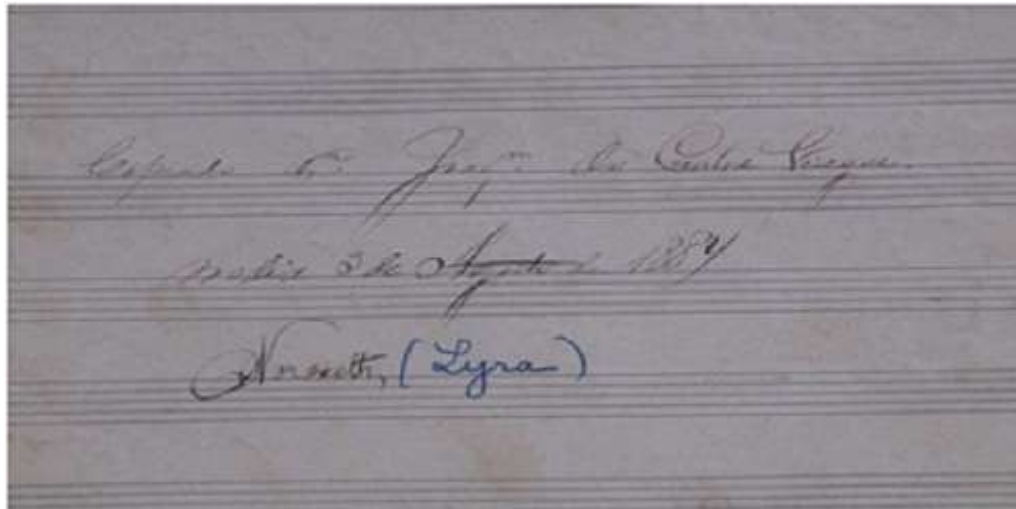


Fig. 2. Exemplo de um fragmento de cópia autêntica (ou certificado). Nesta categoria, o copista se identifica no documento.

As categorias de cópias autógrafas e de códices diplomáticos não foram representadas em nenhum dos conjuntos analisados. Por fim, a cópia de caráter imitativo, ou figurada, pôde ser observada em apenas um conjunto, conforme demonstra a figura 3.

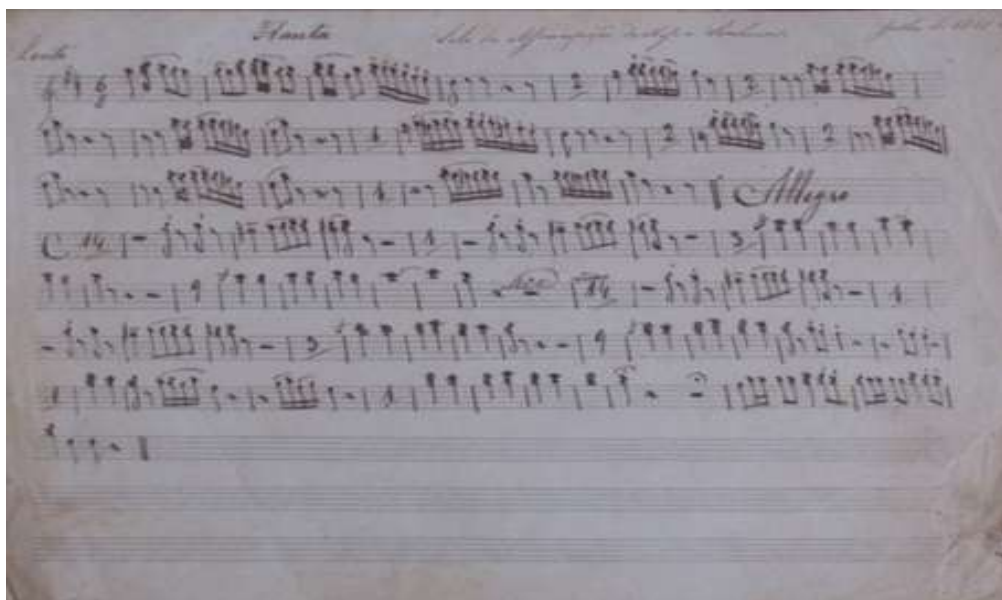


Fig. 3. Cópia figurada (ou imitativa), categoria documental que busca a maior semelhança possível com o documento original.

Em seguida, na tabela 2, constam, de forma geral, os resultados da aplicação da ferramenta Tradição Diplomática nos documentos que transmitem a obra *Assumpta Est.*

Tabela 2. Resultado geral da aplicação da ferramenta Tradição Documental nos conjuntos documentais em estudo.

| Conjuntos | Original | Categ. Interm. | CÓPIAS | | | | |
|-----------|----------|-------------------|---------|-----------|-----------|--------------------|------------|
| | | | Simples | Autêntica | Autógrafa | Códices Diplom. | Imitativas |
| 01 | X | X | - | - | - | - | - |
| 02 | - | - | X | - | - | - | X |
| 03 | - | - | X | - | - | - | - |
| 04 | - | - | X | - | - | - | - |
| 05 | - | - | - | X | - | - | - |
| 06 | - | - | X | - | - | - | - |
| 07 | - | - | - | X | - | - | - |
| 08 | - | - | - | X | - | - | - |
| 09 | - | - | X | - | - | - | - |
| 10 | - | - | - | X | - | - | - |
| 11 | - | - | - | X | - | - | - |

4.2 Análise Diplomática Documental

Os procedimentos desta abordagem foram organizados em formas de fichamentos, sendo que o primeiro refere-se aos caracteres internos e o segundo diz respeito aos elementos externos. Para tanto, foram selecionados dois conjuntos documentais considerando-se o distanciamento cronológico entre eles, sendo um referente ao ano de 1861 e o outro ao de 1963, fato este que possibilita a constatação da manutenção da obra no repertório da Orquestra Lira Sanjoanense por um longo período.

4.2.1 Elementos Internos²⁶

Conjunto 01

- [1] PROTOCOLO: Lento Solo da Assumpção de Nossa Senhora Julho de 1861
- [1.1] Título: Solo da Assumpção de Nossa Senhora
 - [1.2] Data: Julho de 1861
 - [1.3] Inscrição: tenor; v^o 1^o; v^o 2^o; viola; baixo; flauta; clarinet; trompas
 - [1.4] Saudação: não consta
- [2] TEXTO: texto musical escrito
- [3] ESCATOCOLO: fim
- [3.1] Notas: fim
 - [3.2] Atestação: não consta
 - [3.3] Data: não consta
 - [3.4] Cláusula Cortês: fim

Conjunto 11

- [1] PROTOCOLO: Violino I Lento Assumpta est Pe. J. Maria Xavier
- [1.1] Título: Assumpta est
 - [1.2] Data: não consta
 - [1.3] Inscrição: Violino I
 - [1.4] Saudação: Pe. J. Maria Xavier
- [2] TEXTO: texto musical escrito
- [3] ESCATOCOLO: J. Lourenço Parreira – julho de 1963
- [3.1] Notas: J. Lourenço Parreira – julho de 1963
 - [3.2] Atestação: J. Lourenço Parreira
 - [3.3] Data: julho de 1963
 - [3.4] Cláusula Cortês: não consta

²⁶ A aplicação desses elementos no documento musical pode ser observada detalhadamente nos Anexos A e B, respectivamente.

4.2.2 Elementos Externos

A seguir, encontram-se as fichas dos elementos externos contidos nos conjuntos 01 e 11, ambos inscrito sob o código OLS0529.

Conjunto 01

- [1] SUPORTE:
 - [1.1] Paginação: 10 fólios recto e versu
- [2] TEXTO:
 - [2.2] Abreviaturas e iniciais: indicação dos violinos 1^o e 2^o e abreviaturas no texto musical
- [3] LINGUAGEM:
 - [3.1] Estilo: música sacra
- [4] SINAIS ESPECIAIS:
 - [4.1] Sinais dos escritores e subscritores: grafia do autor
 - [4.2] Sinais de chancelarias: carimbo
- [5] SELOS:
 - [5.1] Método de afixação: carimbo
- [6] ANOTAÇÕES:
 - [6.1] Incluídas na fase de execução: sinais ao lado do texto (fim); autenticação (não consta)
 - [6.2] Incluídas na fase de manuseio: notas de transmissão; destinação; assunto.²⁷
 - [6.3] Incluídas na fase administrativa: identificadores arquivísticos (conjunto 01; Autógrafo)

Conjunto 11

- [1] SUPORTE:
 - [1.1] Paginação: 01 fólio recto e versu
- [2] TEXTO:
 - [2.2] Abreviaturas e iniciais: abreviaturas no texto musical
- [3] LINGUAGEM:
 - [3.1] Estilo: música sacra
- [4] SINAIS ESPECIAIS:
 - [4.1] Sinais dos escritores e subscritores: grafia do autor
 - [4.2] Sinais de chancelarias: não consta
- [5] SELOS:
 - [5.1] Método de afixação: não consta
- [6] ANOTAÇÕES:
 - [6.1] Incluídas na fase de execução: sinais ao lado do texto (J. Lourenço Parreira – julho de 1963); autenticação (J. Lourenço Parreira)
 - [6.2] Incluídas na fase de manuseio: notas de transmissão (não consta); destinação (não consta); assunto (não consta)
 - [6.3] Incluídas na fase administrativa: identificadores arquivísticos (Conjunto 11; Cópia de J. Lourenço Parreira)

²⁷ Para a visualização desses aspectos na estrutura documental ver Anexo C.

5 Considerações finais

A prática das duas ferramentas diplomáticas aplicadas ao estudo de documentos musicais, conforme demonstração feita neste artigo, revelou significativo potencial para seu uso em objetos da pesquisa musicológica. O emprego da Análise Diplomática permitiu clara compreensão das estruturas dos documentos musicais, situando objetivamente a localização dos elementos constitutivos nos manuscritos submetidos ao exame. Dados informativos recorrentes em uma cópia manuscrita musical, tais como designação instrumental, título da obra musical e sua possível autoria, tiveram correspondência na transposição para a música de conceitos e termos praticados em documentos cartoriais.

Este procedimento permite perceber o documento musical a partir de um ponto de vista que melhor contempla expectativas de pesquisas que tem por objetivo, por exemplo, identificar variantes no percurso de transmissão escrita de uma determinada obra, ou conjunto de obras.

O exame do documento musical pela ferramenta Análise Diplomática, especificamente em seus elementos externos, se mostrou eficaz na tarefa de identificação de fontes em procedimentos de confecção das edições Crítica e Urtext, assim como no processo de catalogação de documentos musicais. Certamente serão igualmente beneficiárias deste método outras ciências tais como a História, a Sociologia e a Antropologia, apenas para exemplificar.

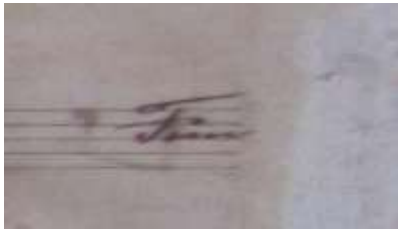
O mesmo é possível afirmar sobre a ferramenta Tradição Documental, no que tange a sua funcionalidade e eficácia, além do fato de ser um método complementar à Análise Diplomática. O consórcio entre ambas amplia o alcance e possibilidades na coleta de dados a partir das fontes musicais manuscritas.

Está claro que diante a demonstração apresentada neste artigo ainda não é possível obter resultados conclusivos, sendo, para isto, fundamental o avanço na aplicação das referidas ferramentas em amostragem de maior quantidade e diversidade.

Referências

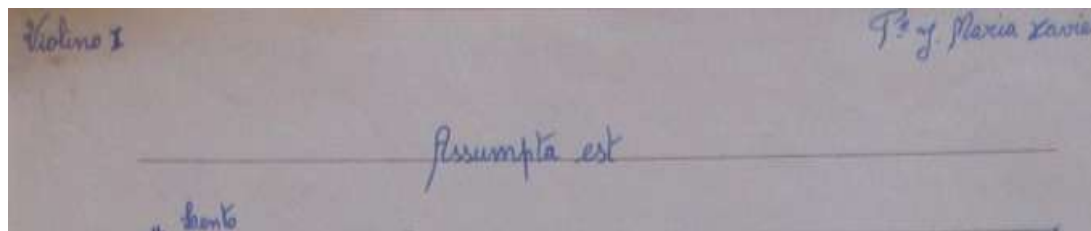
- Bellotto, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Berwanger, Ana Regina e Leal, João Eurípedes Franklin. Noções de Paleografia e de Diplomática. 4. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.
- Castagna, Paulo Augusto. "O manuscrito de Piranga (MG)." In: *Revista Música*, São Paulo, v.2, n.2. Nov., (1991): 116-133.
- - - . "Um manuscrito musical brasileiro para os impropérios da "Adoração da Cruz" de Sexta-Feira Santa." In: *Revista Artunesp*, São Paulo, 12. (1996): 75-105.
- CENCETTI, Giorgio. La preparazione dell'archivista. Notizie degli Archivi di Stato. Roma: Archivi di Stato, n. 12, 1952.
- Cotta, André Henrique Guerra. "Gloria laus: um estudo comparativo de fontes primárias." In: *Música Hoje* nº 2, (1995): 70-82.
- Duranti, Luciana. "Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V)." Traduzido por Gersa Gonçalves de Araújo. *Acervo*, v. 28, n. 1 (2015): 196-215.
- Figueiredo, Carlos Alberto. *Música sacra e religiosa brasileira dos séculos XVIII e XIX: teorias e práticas editoriais*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2014.
- Gomes, Saul António. "Anotações de diplomática eclesiástica portuguesa." *HVMANITAS*, v. L, (1998): 625-646.
- ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- LIBER usualis Missae et Officii pro dominicis et festis cum cantu gregoriano. Parisiis: Tornaci: Romae: Desclée, 1927.
- Nascimento, Lúcia Maria Barbosa. "Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocuções de procedimentos." Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- Núñez Contreras, Luiz. Concepto de documento. In: *Archivística: estudos básicos*. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.
- Rodrigues, Ana Célia. "Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos." Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2008.
- Riesco terrero, Angel. "La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación." In CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN. TEORÍA, HISTORIA Y METODOLOGIA DE LAS CIENCIAS DE LA CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN (1975-2000), 1, 2000, Madrid. Actas... Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000: 129-152.

[3] ESCATOCOLO

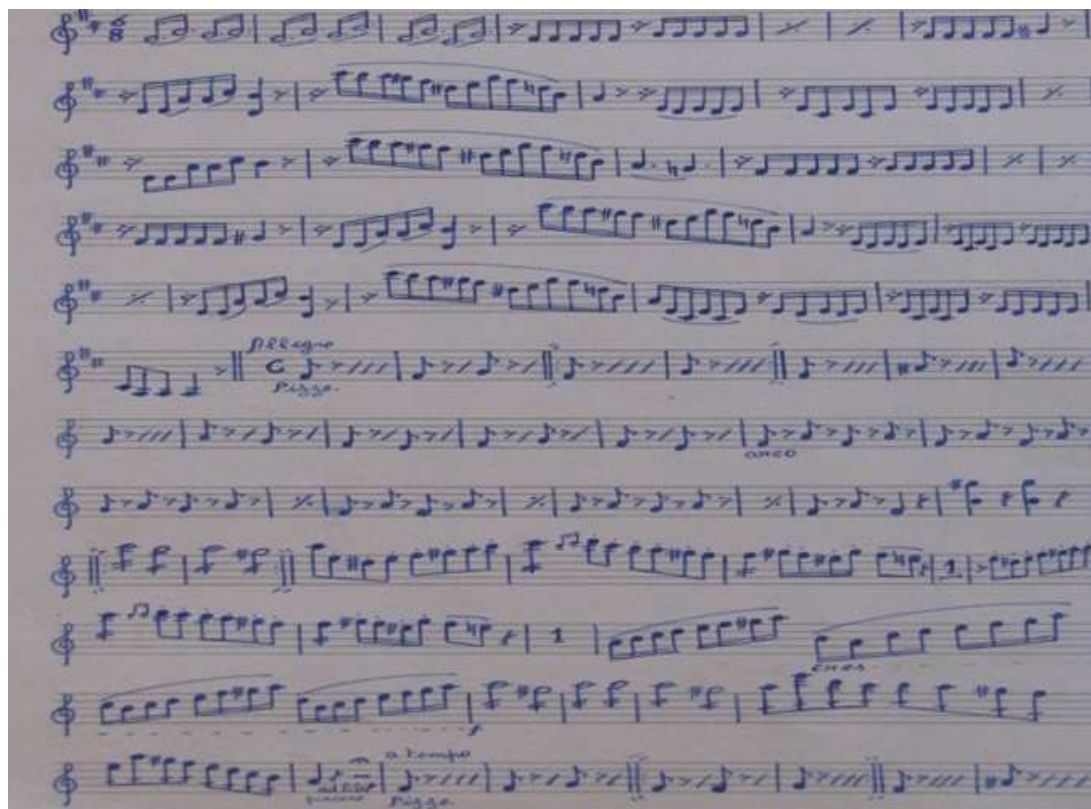


Anexo B

[1] PROTOCOLO



[2] TEXTO



[3] ESCATOCOLO

J. Lourenço Parreira - julho de 1963

Anexo C

Partitura Original
ASSUMPTA EST
Pe José Maria Xavier
Orq. Lira Sanjoanense

ORQUESTRA
LIRA SANJOANENSE
SÃO JOÃO DEL REI, RJ